



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### Poder Executivo

LEI Nº 1350

PUBLICADO B.O. M. T. Borba  
EDIÇÃO Nº 15 Ano I  
DE 01-15/09/2002

SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1317, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

"O POVO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA LEGISLATIVA, APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI".

**Art. 1º** A Lei Municipal nº 1317, de 31 de outubro de 2001, passará a ter a seguinte redação:

**"Art. 1º** Fica determinado que as instituições financeiras e de crédito deverão colocar à disposição dos seus usuários pessoal suficiente e necessário, no setor de caixas, possibilitando assim o atendimento em tempo razoável.

**§ 1º** Entende-se por atendimento em tempo razoável o prazo máximo de vinte minutos em dias normais e de trinta minutos na véspera e no dia imediatamente posterior a feriado prolongado,

**§ 2º** As instituições financeiras e de crédito, em suas agências bancárias, deverão informar diariamente aos usuários, em local apropriado, a escala de funcionamento do seu setor de caixas.

**§ 3º** As instituições financeiras e de crédito, preferencialmente, fornecerão aos usuários senhas para atendimento, com numeração crescente, constando data e horário da emissão.

**Art. 2º** As instituições financeiras e de crédito, no âmbito do Município de Telêmaco Borba, manterão assento com encosto para os usuários, respeitando os limites mínimo de 15 (quinze) e máximo de 75 (setenta e cinco) assentos.

**§ único.** As agências ou postos em funcionamento em locais cedidos por órgãos públicos ou empresas particulares, submetem-se ao cumprimento do disposto no caput deste artigo, independente do número de assentos, desde que haja disponibilidade de espaço para acomodação dos mesmos.

*Handwritten signature*



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### Poder Executivo

**Art. 3º** Os caixas destinados ao atendimento preferencial e exclusivo aos maiores de sessenta e cinco anos de idade, gestantes, portadores de deficiência física e pessoas com crianças no colo, deverão estar devidamente identificados e adotarão senhas específicas, nos mesmos moldes do § 3º. do Art. 1º desta Lei.

**Parágrafo único.** Dos assentos de que trata o Art. 2º deverão ser destinados 30% (trinta por cento) às pessoas inseridas no caput deste Artigo.

**Art. 4º** Na prestação de serviços oriundos de convênios, concessões e similares, não haverá discriminação entre clientes e não clientes, nem serão estabelecidos, nas dependências, local e horário de atendimento diverso daqueles destinados às demais atividades.

**Parágrafo único.** Para os fins dispostos nesta Lei entendem-se com usuários todos os clientes e não clientes de determinada instituição financeira que utilizem qualquer um de seus serviços ou produtos.

**Art. 5º** Quando da realização de convênios, concessões ou similares, entre as instituições financeiras e terceiros, será obrigação destes propiciar bem estar e segurança aos usuários.

**Art. 6º** O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

- I - Advertência por escrito;
- II - Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais)
- III - Multa de 5.000,00 (cinco mil reais) até a terceira reincidência;
- IV - Suspensão do alvará de funcionamento.

**§ 1º** Caberá ao PROCON, no exercício de suas atribuições, a aplicação das sanções estabelecidas nesta lei.

**§ 2º** A pena de suspensão do Alvará de Funcionamento será aplicada pela Secretaria Municipal de Finanças, mediante processo Fiscal, a ser iniciado por representação do Procon.

**§ 3º** As sanções previstas nesta Lei poderão ser aplicadas cumulativamente, inclusive como medida cautelar, antecedente ou incidente no procedimento administrativo.

**§ 4º** O Poder Executivo Municipal publicará no órgão oficial do Município o auto de infração ou a decisão administrativa que culminar com a infringência da presente lei.





# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **Poder Executivo**

**§ 5º** Não será considerada infração à lei, desde que devidamente comprovado, quando a não observância do tempo de espera previsto no § 1º do Artigo 1º decorrer de:

- I - força maior, tais como falta de energia elétrica e problemas relativos à telefonia e transmissão de dados;
- II - greve.

**Art. 7º** As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta lei deverão ser encaminhadas ao Procon que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição aos infratores.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo disponibilizará meios eficazes para o recebimento das denúncias, sua averiguação e controle.

**Art. 8º** As instituições financeiras terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias para se adequarem, a contar da publicação desta Lei.

**Art. 9º** Aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições da Lei Federal n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), do Decreto Federal n. 2.191/97 e Lei Estadual 13.400/01.

**Art. 10.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário contidas na Lei nº 1317, de 31 de outubro de 2001.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, EM TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, 28 de agosto de 2002.**

  
**CARLOS HUGO WOLFF VON GRAFFEN**  
Prefeito Municipal